



COMISSÃO DA AMAZÔNIA E DOS POVOS ORIGINÁRIOS E TRADICIONAIS

REQUERIMENTO Nº , DE 2024 (DA SRA. CÉLIA XAKRIABÁ)

Requer a realização de Audiência Pública em razão da violência no campo e os 2 (dois) anos da Campanha "Contra Violência no Campo - em defesa dos povos das águas, do campo e das florestas" de atuação conjunta de organizações da Sociedade Civil no enfrentamento às múltiplas faces da violência e suas causas

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos regimentais, no âmbito desta Comissão, a realização de Audiência Pública em razão da violência no campo e os 2 (dois) anos da Campanha "Contra Violência no Campo - em defesa dos povos das águas, do campo e das florestas" de atuação conjunta de organizações da Sociedade Civil no enfrentamento às múltiplas faces da violência e suas causas.

Para tanto, sugiro que sejam convidados para esta audiência representantes das seguintes entidades:

1. Representante dos povos indígenas (vítima da violência)
2. Representante de comunidades quilombolas (vítima da violência)
3. Representante dos/as pescadores/as (vítima da violência)
4. Pessoa resgatada do trabalho escravo.



* C D 2 4 7 4 9 0 7 5 8 4 0 0 *



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete da Deputada Célia Xakriabá (PSOL/MG)

Apresentação: 07/08/2024 14:40:09.263 - CPOVOS

REQ n.41/2024

- 5.** Representante da Campanha (apresentação dos dados da CPT e CIMI)
- 6.** Representação da CNEVC
- 7.** Representante do MDA
- 8.** Representante da MDHC
- 9.** Representação do CNDH

JUSTIFICAÇÃO

Os dados do Caderno de Conflitos no Campo 2023, organizados e publicados pela Comissão Pastoral da Terra, por meio do Centro de Documentação Dom Tomás Balduíno (CEDOC/CPT), apontam crescimento exponencial nos conflitos no campo brasileiro. Foram registrados 2.203 conflitos, dos quais 31 pessoas foram assassinadas. O número de conflitos alcançou recorde desde 1985, quando iniciou a série dos registros. No entanto, os assassinatos tiveram queda de 34% em relação a 2022. Nos últimos 10 anos, foram registradas 17.648 ocorrências de conflitos por terra, água e trabalhistas no Brasil.

Os principais “alvos” dos conflitos no Campo foram os povos indígenas, sem terra, posseiros e quilombolas. Nesse contexto, 71,80% dos conflitos ocorreram pela questão da terra, enquanto 11,40% foram pela água, 10,40% por trabalho e 6,30% devido à resistência. As violências são provocadas, em primeira instância, por fazendeiros, seguidos de empresários, grileiros, mineradoras e os governos: federal, estadual e municipal. O *modus operandi* da violência no campo são: pistolação, expulsão, invasão, destruição de pertences, destruição de casas e roçados.

Outra característica da violência no campo é o Trabalho Escravo. Com maior número na série dos últimos 10 anos, em 2023,





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete da Deputada Célia Xakriabá (PSOL/MG)

Apresentação: 07/08/2024 14:40:09.263 - CPOVOS

REQ n.41/2024

2.663 pessoas foram resgatadas em condições escravas, em atividades como cultivo de cana de açúcar, lavouras temporárias, lavouras permanentes, mineração, pecuária, carvão vegetal, entre outras. Os principais estados da federação com maior número de pessoas resgatadas são: Goiás, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e São Paulo.

No contexto da violência no campo, os estados da federação com maior índice de conflitos são: em primeiro lugar Bahia, seguido de Pará, Maranhão, Rondônia, Goiás, Mato Grosso do Sul, Paraná, Minas Gerais, Acre, Tocantins, Amapá, Roraima, Pernambuco, entre outros.

Os assassinatos, a invasão de territórios tradicionais, o trabalho escravo e as ameaças a lideranças, a pulverização aérea de agrotóxicos e contaminação de águas, dentre outras situações, são retrato da ofensiva violenta do capital sobre os territórios, os povos e seus modos de vida. Na maioria desses casos, são milícias rurais, crime organizado, até mesmo com licenças ambientais autorizadas por órgãos do estado.

Portanto, lutar na defesa e proteção dos Povos Indígenas, Quilombolas e Comunidades Tradicionais, são também formas de enfrentar e combater o desmatamento, a mineração, o agronegócio, que destrói modos de vida sustentáveis e guardiões das florestas.

Outra face da Violência no campo são as pessoas que vivem sob constantes ameaças. Dentre as ocorrências contabilizadas pela CPT, foram 218 ameaças de morte, em 2023. De acordo com relatório da ONG Terra de Direitos, desde 2004 quando foi instituído o Programa de Proteção de Defensores e Defensoras de Direitos Humanos (PPDDH) já foram atendidas 1.183 pessoas ameaçadas.



* C D 2 4 7 4 9 0 7 5 8 4 0 0 *



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete da Deputada Célia Xakriabá (PSOL/MG)

Todavia, o Programa segue falho em muitos aspectos da proteção. Casos emblemáticos como Mãe Bernadete, quilombola, negra, yvalorixá, estava inserida no programa e mesmo assim foi assassinada, brutalmente, dentro de sua própria casa, em 17/08/2023.

Diante disso, a Campanha contra a Violência no Campo, em defesa dos povos do campo, das águas e da floresta, completa 2 anos, em agosto, de atuação conjunta de organizações da Sociedade Civil no enfrentamento às múltiplas faces da violência e suas causas. Entendemos que o espaço Legislativo no Congresso Nacional é lugar para discutir a complexidade da Violência no Campo, bem como a responsabilidade das/os parlamentares em relação a casos emblemáticos da violência no campo.

A Campanha tem como objetivos: Enfrentar a violência com ações e políticas de proteção às comunidades e aos povos do campo, das águas e das florestas; Dialogar e sensibilizar a opinião pública nacional e internacional; Denunciar e trazer visibilidade para os casos de violência; Fortalecer iniciativas e campanhas existentes relacionadas ao tema; Anunciar proposta de reforma agrária popular e demarcação de territórios; Articular redes de apoio para atenção e assistência às vítimas.

Destarte, a realização desta Audiência Pública é, portanto, uma excelente oportunidade para que parlamentares e a sociedade em geral acessem a atualidade dos debates sobre a pauta, ainda mais ante o escancarado escalonamento das ofensivas contra os povos indígenas no país, em especial no Mato Grosso do Sul, desde o dia 15 de julho até o momento, ocorridas em razão das disputas fundiárias em Douradina-MS, na Terra Indígena Panambi - Lagoa Rica.

Apresentação: 07/08/2024 14:40:09.263 - CPOVOS

REQ n.41/2024



* C D 2 4 7 4 9 0 7 5 8 4 0 0 *



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete da Deputada **Célia Xakriabá** (PSOL/MG)

Sala da Comissão, em de agosto de 2024.

Célia Xakriabá
Deputada Federal (PSOL/MG)

Apresentação: 07/08/2024 14:40:09:263 - CPOVOS

REQ n.41/2024



* C D 2 4 7 4 9 0 7 5 8 4 0 0 *



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD247490758400>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Célia Xakriabá